



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 9 DE NOVEMBRO DE 2016.

Nº. 23/2016

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito, Paulo Jorge do Nascimento e Carlos Alberto Camacho Pereira, na qualidade de Vereadores.

ABERTURA DOS TRABALHOS

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 21,20 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Deu o Sr. Presidente conhecimento dos resultados da reunião que teve na empresa Infraestruturas de Portugal, com a concessionária do IP2 e dos resultados da mesma, nomeadamente da decisão quanto à opção da construção de passagens submersíveis a Norte a Sul de Entradas assim como que o cruzamento sul de Entradas mantém-se como está.

Informou também o Sr. Presidente da sua participação do 1º. Congresso “Casa de Acolhimento Residencial Especializado GPS”, realizado pela FAMER - Associação de Apoio a Famílias Desfavorecidas, em Lisboa, no dia 7 de Novembro corrente.

Deu ainda conhecimento da reunião havida com a SOMINCOR acerca das responsabilidades sociais da mesma empresa.

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1. - Informações:

Deu o Sr. Presidente conhecimento das alterações que aprovou relativamente ao transporte escolar para o ano letivo corrente, com base na seguinte informação da Divisão de Ação Social, Educação, Cultura e Desporto:

“Considerando que se abriu procedimento concursal para uma prestação de serviços de circuitos especiais de transporte de alunos que frequentam o ensino escolar no concelho de Castro Verde, para o ano letivo 2016/17, em conformidade com o descrito na informação nº 591 de 2016, aprovada em reunião de Câmara de 06/07 de 2016;

Considerando que os circuitos traçados e aprovados como sendo os necessários no momento da contratação, tiveram que sofrer alterações para se ajustarem às necessidades, de alguns alunos, que surgiram nos dias que antecederam o primeiro dia de aulas;

Considerando o acima exposto, proponho a aprovação das alterações nos lotes em baixo discriminados, com efeito a partir do início do ano letivo:

Circuito Extra Urbano:

Lote 2

A realização de mais 10Km em cada circuito/volta. Uma vez que tiveram que ser incluídos mais três alunos (2 de Casével e 1 dos Aivados), no transporte que já estava lotado, obrigando a um ajustamento na realização do percurso, assim:

Para trazer os 9 alunos, como foi inicialmente proposto, o transporte com 8 lugares ia duas vezes a Almeirim, contabilizando apenas os 30,2Km da proposta. Com a alteração, passa a fazer mais 10Km em cada circuito/volta. Perfazendo um total de 80,4Km nas quatro voltas/dia.

Lote 3

Neste lote não houve alteração de Kms nem custos adicionais relativamente ao inicialmente proposto, contudo, por conveniência do transporte municipal, informo que, foi necessário que dois alunos de Castro Verde e dois dos Namorados transitassem para este transporte contratado e fizessem neste percurso a viagem para a escola de Santa Bárbara de Padrões.”

2. - Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente:

- “E-mail” do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, dando conhecimento do seu projeto de Resolução que “Propõe medidas que contribuam para a diminuição dos custos com combustíveis”.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. - Mapa centralizador da receita e despesa:

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao movimento de tesouraria no período compreendido entre o dia 1 de Janeiro a 31 de Outubro de 2016, o qual apresenta os seguintes saldos:

- Operações orçamentais:

Saldo do ano de 2015	239.878,26 €
Receitas cobradas	8.145.251,83 €
Soma	8.385.130,09 €
Despesas realizadas	7.696.723,71 €
Saldo em 31.10.2016	688.406,38 E

- Operações de Tesouraria:

Saldo do ano de 2015	207.872,19 €
Op. Extra - Orçamentais – Entradas	623.397,98 €
Soma	831.270,17€
Op. Extra. Orçamentais – Saídas	608.764,94 €
Saldo em 31.10.2016	222.505,23 €

- Disponibilidades:

Caixa	16.872,62 €
Fundos de Maneio	2.500,00 €
Instituições Bancárias	891.538,99 €
Total das disponibilidades em 31.10.2016	910.911,61 €
Documentos	23.319,42 €
Total de movimentos de tesouraria em 31.10.2016	934.231,03 €

- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 31 de Outubro de 2016: 405.588.36 €.

2. -Balancete Mensal Acumulado (Razão):

Tomou a Câmara, igualmente, conhecimento do Balancete Acumulado (Razão) referente ao mês de Outubro, que se anexa à presente ata, dando-se por isso, como aqui integralmente transcrito.

3. - Mapa de Pessoal para o ano de 2017:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando que vão a aprovar ao Órgão competente, Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, os documentos previsionais da Autarquia, Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Ações Mais Relevantes) e Orçamento.

Considerando que nos termos do artigo 29º/1 da LTFP aprovada pela Lei nº.35/2014, de 20 de junho, conjuntamente com esses documentos, será também de aprovar o Mapa de Pessoal;

Assim, face ao exposto, proponho a V. Ex^{as}. a submissão do presente Mapa de Pessoal à Assembleia Municipal, para efeitos de decisão, cf. determina o art.º 3º/2-b do Decreto-Lei nº.209/2009, de 3 de setembro

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade nominalmente, aprovar e submeter a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2017.

Fica anexa à presente ata, dando-se por isso como aqui integralmente transcrita a proposta do Mapa de Pessoal ora aprovada.

4. - Apreciação e votação de proposta do pedido de autorização para a realização de despesas, logo na fase de compromisso, incluindo novos projetos de investimento, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira, parcerias, que se prolongam por mais de um ano civil, independentemente da sua forma jurídica:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“A realização da despesa, logo na fase do compromisso, incluindo novos projetos de investimento, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira, parcerias, que se prolonguem por mais de um ano civil, independentemente da sua forma jurídica, estão sujeitos a autorização prévia por parte da Assembleia Municipal, isto p.f. do disposto no art.º 6º/1-c), da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro.

Tal situação, não dispensa que numa fase posterior, levemos ao conhecimento do Órgão uma relação onde estejam elencadas as situações que venham ocorrer, dado que no momento não temos presentes quais são.

Assim, face ao exposto, proponho a V. Ex^a. levarmos à Assembleia Municipal a presente proposta de autorização prévia de despesa plurianual, na medida em que isso nos facilita o processo de contratação, caso venha a acontecer essa necessidade.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta apresentada pelo Sr. Presidente.

3.- Emissão de pareceres prévios para a celebração de contratos de aquisição de serviços:

Apreciou a Câmara a informação/proposta com o nº. de registo 724, do Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos, que a seguir se transcreve:

Considerando o disposto no art.º 35º/12, da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, Lei do Orçamento de Estado para 2016, adiante designado por (LOE), que aponta para a obrigatoriedade da existência de parecer prévio vinculativo do Órgão Executivo, nas celebrações de contratos de aquisição de serviços, considerados ou não essenciais, independentemente do valor da adjudicação.

Considerando a obrigação prevista no art.º 3º da Portaria nº 149/2015, de 26 de maio, que estabelece quais os requisitos cumulativos que devem instruir o pedido de parecer, e se encontram em anexo ao mapa resumo que é apresentado.

Neste sentido, solicito a V.Ex.^a, e ao abrigo do disposto no art.º 35º/5, da LOE, parecer prévio favorável para a celebração dos seguintes contratos de aquisição de serviços, por ajuste direto:

- Em regime de avença, para dinamização e ensino do projeto “Cante Alentejano na Escola”, ano letivo 2016/2017, pelo preço base de 840,00 €/mês (s/IVA).
- Em regime de avença, para dinamização e ensino do projeto “Cante Alentejano na Escola”, ano letivo 2016/2017, pelo preço base de 610,00 €/mês (s/IVA).
- No âmbito de Auditoria Financeira às contas do Município, pelo preço base de 9.000,00 €/ano (s/IVA).
- No âmbito Económico e Financeiro, pelo preço base de 12.000,00 €/ano (s/IVA).

Apreciado o assunto, a Câmara, no uso da competência prevista no artigo 35/5º e 10º da Lei nº.7-A/2016 (Lei do Orçamento de Estado para 2016), deliberou, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, emitir pareceres prévios favoráveis para a celebração dos contratos de aquisição de serviços em causa, nos termos acima descritos.

4. - Alienação de lote de terreno para construção urbana, em Entradas:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“De harmonia com a deliberação tomada pela Câmara Municipal, na sua reunião realizada a 20 de janeiro de 2016, foi aprovada a abertura de concurso público para alienação de Lotes de terreno para construção urbana (Habitação), em Entradas, bem como o respetivo programa de concurso.

Considerando que:

- ✓ Após o encerramento do concurso, o Sr:
 - Miguel Filipe Tomé Mestre, residente em Rua da Horta n.º 36, Entradas, portador do cartão do cidadão n.º 13111152 3 ZY6 e contribuinte fiscal n.º 237 335 247 manifestou interesse na aquisição de um lote de terreno para habitação com a área de 392 m², sito na Rua Álvaro Cunhal, em Entradas.
- ✓ Que após o término do concurso resultaram lotes sem atribuição;
- ✓ Que ficou previamente estabelecido no n.º 2 do art.º 12 do programa de concurso, se após o término do concurso, resultassem lotes sem atribuição, poderia a Câmara Municipal aceitar candidaturas no prazo de um ano, que preenchessem os requisitos deste concurso e proceder a uma venda direta de acordo com o valor de venda estipulado e aos quais seriam aplicáveis as disposições do programa de concurso.

Proponho que a Câmara Municipal de Castro Verde delibere, no uso da competência prevista na alínea g) do n.º 1 do art.º 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, autorizar a alienação do lote n.º 28 da Rua Álvaro Cunhal ao proponente Miguel Filipe Tomé Mestre pelo valor da sua proposta: 8.000,00 € (Oito mil Euros).

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente alienar ao Sr. Miguel Filipe Tomé Mestre, o referido lote de terreno nos termos propostos pelo Sr. Presidente.

DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

Obras e loteamentos municipais:

- **Projetos de execução, do alargamento, da pavimentação, da drenagem e da sinalização da EM 508 e do CM 1139, entre Castro Verde e A-do-Neves:**

Foram presentes os projetos acima referidos, tendo a Câmara, em face informação prestada pela Divisão de Obras, Gestão Urbanística e Ambiental, deliberado, por unanimidade e nominalmente aprová-los, assim como as propostas complementares dos respetivos cadernos de encargos e programas de concurso tendo em vista o lançamento dos procedimentos concursais para execução das mesmas obras, nos seguintes termos:

- Prazo de execução das obras na EM 508 - 270 dias, e no CM 1139 - 155 dias.
- Valor dos procedimentos: 950.000,00 € para as obras na EM 508 e 650.000,00 € para as do CM 1139.

- Fórmula de revisão de preços: Fórmula F17 - Pavimentação de Estradas (Despacho nº.22.637/2004).
- Critério de adjudicação: 60% preço e 40% valia técnica da proposta.

Obras particulares/outros:

- **Comunicação prévia para alteração de fachada de imóvel:**

Apreciou a Câmara a comunicação prévia apresentada por Deonaldo Fernandes Rosa para alteração da fachada do seu prédio sito na Rua de Aljustrel nº.52, em Castro Verde, tendo, em face da informação do Gabinete de Gestão Urbanística, deliberado por unanimidade e nominalmente aprovar a alteração pretendida.

- **Caducidade de processos de obras particulares:**

Apreciou a Câmara a informação da Secção de Licenciamento, Urbanização e Edificação, na qual dá conta que os requerentes dos processos de obras nº. 12/2014, a Casa Agrícola Franca Perdigão, para construção de telheiro e edifício de apoio a adega, na Herdade das Fontes Bárbas Velhas, na freguesia de Entradas, e nº. 25/2014, Vasco Miguel Gonçalves Eugénio, para construção de garagem e arrumos, na Rua Fria nº.4, no Monte dos Viseus, na freguesia de Santa Bárbara de Padrões, foram notificados sobre a liquidação das taxas devidas e da caducidade dos respetivos processos de obras, e na medida em que expiraram os prazos estabelecidos para se pronunciarem, nos termos do nº.5 do artigo 71º do Decreto-Lei nº.555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº. 136/2014, de 9 de setembro, estão reunidos todos os requisitos para ser declarada a caducidade dos referidos processos.

Apreciado o assunto, a Câmara, em face da informação prestada, deliberou, por unanimidade e nominalmente, declarar a caducidade dos processos de obras em causa.

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. - Celebração de protocolo de colaboração com a Sociedade Recreativa e Desportiva Entradense:

Apreciou a Câmara a proposta do protocolo de colaboração a celebrar com a Sociedade Recreativa e Desportiva Entradense, apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, e deliberado, por unanimidade e nominalmente, aprová-la, ficando a respetiva minuta anexa à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrita.

2. - Celebração de protocolo de colaboração com a Associação de Moradores do Bairro dos Bombeiros e concessão de subsídio:

Foi presente a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“As últimas épocas desportivas têm sido de afirmação para a Secção de Pesca Desportiva da Associação de Moradores do Bairro dos Bombeiros nos quadros competitivos que tem disputado, conforme demonstram as classificações obtidas ao longo dos anos de 2015 e 2016.

A Secção de Pesca Desportiva mantém desde 2008 uma atividade regular da modalidade, participando em provas regionais e nacionais, no âmbito da sua filiação na Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, mas dinamizando também atividades de lazer junto da comunidade.

Assim, tendo presente os documentos em anexo e a reunião de trabalho realizada com a Secção de Pesca, respeitando a proposta de atribuição de um apoio anual, enquadrado pela política de apoio à atividades desportiva, perspetivando a sua diversificação direcionada a diferentes públicos da comunidade, propõe-se a atribuição de 2.000 € para apoio às atividades desenvolvidas no ano de 2016.

Na sequência da afirmação da modalidade de Pesca Desportiva e da sua efetivação no seio da Associação de Moradores do Bairro dos Bombeiros, propõe-se também a celebração do protocolo de cooperação anexo.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, conceder o apoio financeiro à Associação de Moradores do Bairro dos Bombeiros, autorizando o respetivo pagamento, assim como celebrar com a mesma Associação o protocolo de colaboração, nos termos propostos pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento.

Fica anexa à presente ata a minuta do protocolo a celebrar com a Associação de Moradores do Bairro dos Bombeiros, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrita.

3. - Concessão de subsídio à Associação do Povo dos Aivados - alteração de deliberação:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“No âmbito da sua política de apoio às tradicionais festas populares Verão que acontecem no concelho de Castro Verde, a Câmara Municipal de Castro Verde, em reunião ordinária do dia 25 de Maio 2016, atribuiu à Associação do Povo dos Aivados um apoio financeiro de 600 € às Festas dos Aivados, organizadas pelo Grupo dos Amigos dos Aivados.

Acontece porém, que o grupo “Os Amigos dos Aivados”, por questões que se prendem com dinâmicas internas, fundou a Associação Jangada D’Exemplos, que assumiu a organização das festas e todo o processo administrativo e financeiro relacionado com as mesmas.

Assim, por entendimento e solicitação das Associações, venho por este meio propor que o apoio para as Festas dos Aivados seja atribuído à Associação Jangada D’Exemplos” alterando, assim, a deliberação tomada anteriormente.”

A Câmara, deliberou, por unanimidade e nominalmente, aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, alterando a deliberação tomada na sua reunião realizada no dia 25 de Maio do ano corrente, transferindo para a Associação Jangada D’ Exemplos o apoio financeiro atribuído à Associação do Povo dos Aivados.

4. - Concessão de cartões sociais:

Em conformidade com a informação nº. 778, da Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto, e respetiva documentação anexa, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Maria Manuela Machado Cabaço, residente no Monte dos Geraldos; Clarisse Maria Albertina Cadeia, residente no Monte das Piçarras, Rui Cesário da Silva Aguiar e a John Revés Raposo, residentes em Castro Verde, todos no escalão A.
- Renovar os cartões sociais de António Rosa Messias Joaquim, residente no Monte do Beringelho; Maria Ana Cecília Mestre Jorge, residente no Monte das Piçarras, e de Maria Inácia Marques Olímpio, residente em Castro Verde, todos no escalão A.

5. - Ratificação do acordo de cooperação “Dialogues and Mobility of Mediterranean Contemporary Popular Music on Festival Sete Sóis Sete Luas Network”:

Apreciou a Câmara a ratificou, por unanimidade e nominalmente, a proposta de ratificação do acordo de cooperação a que se refere o assunto em título, conforme proposto pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, e que a seguir se transcreve:

“No âmbito da participação da Câmara Municipal de Castro Verde na Rede Cultural do Festival Sete Sóis Sete Luas, devidamente enquadrada pelo Protocolo de Adesão, assinado em 22 de Abril 2016, em Piran (Eslovénia), junto remeto para ratificação o Acordo de Cooperação “Dialogues and Mobility of Mediterranean Contemporary Popular Music on Festival Sete Sóis Sete Luas Network”.

Este acordo tem como objeto a candidatura deste projeto ao Programa Europa Criativa da União Europeia, e terá como resultado o intercâmbio artístico no âmbito da Rede Cultural e a produção de produtos artísticos a apresentar nas diferentes secções do Festival Sete Sóis Sete Luas, no caso de Castro Verde, na Planície Mediterrânica.”

Fica anexo à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrito, o cordo de cooperação ora retificado.

GABINETE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO

Dinamização do comércio local “Ofereça Castro Verde. Compre no comércio local” - Regulamento Natal 2016:

Foi presente a informação do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento no qual dá conta que nos termos da reunião promovida com os comerciantes e o reconhecimento como bastante positiva e válida por parte dos mesmos, propõe que seja aprovado novo regulamento da iniciativa de dinamização do comércio local “Ofereça Castro Verde. Compre no comércio Local”.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente aprovar o novo regulamento da iniciativa de dinamização do comércio local “Ofereça Castro Verde. Compre no comércio local”, cuja minuta se anexa à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrita.

PERIODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se verificou a presença de público.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 22, 20 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.